



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO OU ANÁLOGO AO DE ESCRAVO, EM ATIVIDADES RURAIS E URBANAS, DE TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

REQUERIMENTO Nº 100 DE 2012 (Do Sr. Walter Feldman)

Requeiro a essa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que solicite ao Senhor Carlos Daudt Brizola Neto, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, a relação de todas as empresas têxtil envolvidas em denúncias de trabalho com condições precárias e análogas a de escravo, segundo Auditores do Ministério do Trabalho e Emprego.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58 da CF e no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a vossa Excelência que solicite ao Senhor Carlos Daudt Brizola Neto, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, a relação de todas as empresas têxtil envolvidas em denúncias de trabalho com condições precárias e análogas a de escravo, segundo Auditores do Ministério do Trabalho e Emprego

JUSTIFICAÇÃO

A exploração de trabalho escravo traz consequências em diferentes níveis no ordenamento jurídico brasileiro, no âmbito trabalhista, penal e administrativo. Ocorre tanto na área rural e urbana.

O trabalho escravo urbano é uma das faces do problema da exploração de trabalhadores no Brasil, que atinge fortemente trabalhadores estrangeiros. Da mesma forma que os trabalhadores aliciados para fazendas, os estrangeiros vem para cá atraídos por falsas promessas de trabalho e melhores salários. A fiscalização do trabalho tem feito um trabalho intensivo as ações de combate ao trabalho análogo à escravidão no setor de confecções em São Paulo e em alguns outros Estados do País.

Grandes redes de varejo vêm sendo alvo constante de denúncias junto ao Ministério do Trabalho e Ministério Público do Estado com suposta exploração de mão – de – obra na cadeia produtiva.

Portanto, a solicitação em questão, certamente, poderá contribuir sobremaneira aos nossos trabalhos e serão de fundamental importância na conclusão dos trabalhos desta CPI.

Sala da Comissão, de maio de 2012.

Deputado Walter Feldman